

**Florestan Fernandes: Caminhos que me levaram ao autor.<sup>1</sup>**

Dérik Bezerra Machado PGCS UFES.<sup>2</sup>

**Resumo:**

O presente texto se propõe a discutir a questão racial no Brasil a partir de um período específico da obra de Florestan Fernandes. Reconstituindo os principais aspectos de sua trajetória, no que tange ao “lugar do negro” na sociedade de classes, o texto destaca os eventos e conjunturas que redundaram no encontro/relação com a questão racial, tema que passou a ser um dos enfoques centrais da chamada Escola Paulista de Sociologia. Parte da presente proposta é apresentar uma interpretação do autor e de suas principais contribuições para o campo intelectual no que tange a questão racial no Brasil. O trabalho é de cunho bibliográfico, recorre às obras do autor e ao mesmo tempo, a seus comentadores e críticos. Neste mister, sublinha-se inicialmente os caminhos que nos levam a entender Florestan Fernandes como figura chave no processo de compreensão e interpretação da questão racial no Brasil, principalmente sua elaboração acerca da relação entre raça e classe.

Palavras Chave: Florestan Fernandes; Integração; Raça e Classe.

**Abstract:**

The present text proposes to discuss the racial question in Brazil from a specific period of the work of Florestan Fernandes. Reconstituting the main aspects of its trajectory, in relation to the "place of the Negro" in class society, the text highlights the events and conjunctures that resulted in the encounter / relation with the racial question, which became one of the central focuses of the called the Paulista School of Sociology. Part of the present proposal is to present an interpretation of the author and his main contributions to the intellectual field regarding the racial question in Brazil. The work is bibliographical, uses the works of the author and at the same time, its commentators and critics. In this sense, the pathways that lead us to understand Florestan Fernandes as a key figure in the process of understanding and interpreting the racial question in Brazil, especially its elaboration about the relation between race and class, is underlined initially.

Keywords: Florestan Fernandes; Integration; Race and Class.

**Introdução**

Em um dos momentos em que Florestan Fernandes se arrisca a falar de si, em um projeto sobre a História das Ciências Sociais no Brasil, observamos a seguinte assertiva,

Vendo o passado à distância, pode-se ler a idéia (sic) de que houve uma série de coisas encadeadas, predeterminadas, como se eu tivesse querido fazer uma coisa e tivesse conseguido. Mas, na verdade, foi uma sucessão de acasos, acasos felizes para mim (1995).

---

<sup>1</sup> Parte do texto apresentado em banca de qualificação realizada em 09/07/2018.

<sup>2</sup> Mestrando do programa de pós-graduação em ciências sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

A questão racial para mim nunca foi simplesmente um objeto de pesquisa, mas uma sombra que seguiu meus passos sem me dar conta, e esteve presente, de forma marcante, em vários momentos da minha vida.

A cor da pele, os cabelos crespos, os lábios grossos, enfim, os traços expressivos estereotipados pelos olhares fulminantes de nossa sociedade, intimidaram-me a ponto de muitas vezes o espelho vir a ser um obstáculo a ser superado. A escola e a família, como grandes interlocutores de um racismo estrutural, foram grandes aliados de forma direta e indireta para essa resistência à cor de minha pele.

Alguns fatos marcaram essa trajetória de obstáculos ao reconhecimento da minha “raça” e minha “classe”. Um deles, no baile de formatura de minha alfabetização, em uma escola no município de Linhares, no interior do Espírito Santo, eu não quis dançar com meu par porque ela era negra, e “claro” éramos os dois únicos negros da turma. Ou então, em outra ocasião, em uma apresentação teatral da sétima série do ensino fundamental, em que não tiveram dúvida em me colocar no papel de Pelé. Ainda poderia elencar mais algumas outras ocasiões, porém, não estão assim tão vivas na minha memória.

Alguns anos depois, porém, não com menos hostilidade, tive a “oportunidade” de entrar na Universidade Federal do Espírito Santo, no curso de Ciências Sociais. Coloco aspas no termo “oportunidade” porque não havia políticas afirmativas para o ingresso na UFES e também pelo fato de ter tido a necessidade de estudar três anos em um cursinho popular e passar por vários processos seletivos para enfim ter “direito” ao ensino superior.

Meus leitores logo começarão a supor de onde veio essa aproximação mais crítica com o tema racial, afinal estar numa universidade federal e no curso de ciências sociais potencializariam, em tese, uma leitura crítica sobre o racismo predominante na sociedade. No entanto isso não se confirmou exatamente assim, e o que atraiu e despertou minha atenção crítica para um tema que há tanto tempo fazia parte do meu cotidiano, foi um programa de extensão chamado conexões de saberes<sup>3</sup>, que debatia o acesso e a permanência de jovens de origem popular na universidade. Esse era o ingrediente que

---

<sup>3</sup> O Conexões de Saberes é um programa de extensão universitária com caráter de ação afirmativa, que atua para o fortalecimento da trajetória acadêmica e política, de estudantes de origem popular e negros, a partir de um debate acerca da democratização da universidade. O objetivo maior do programa é ampliar a relação entre a universidade e os moradores de espaços populares, promovendo o encontro e a troca de saberes e fazeres entre esses dois territórios socioculturais. No ES era coordenado pela professora Leonor Araújo.

faltava, para além das questões fenotípicas para reconhecer o que sempre foi tão óbvio, que eu era negro.

No “Conexões de Saberes”, fiquei do período do início de 2006 até meados de 2007, quando fui convocado para tomar posse no Banco do Brasil em um concurso, no qual tinha sido aprovado em 2004. Nesse tempo do “programa”, fazíamos muitas oficinas e debates sobre a questão racial, direitos humanos e a questão social. O período que estive no Saberes coincidiu com um grande debate local sobre a implementação de cotas com recorte racial na UFES. Foi um momento bem conturbado e rico politicamente, que teve como desfecho a implementação de cotas sociais na universidade a partir do vestibular de 2008<sup>4</sup>.

No final de 2008 decidi fazer minha monografia sobre a questão das cotas raciais na UFES, projeto que por alguns contratempos “da vida” conclui em 2014, com o título *Cotas Étnico-raciais: Algumas leituras subjacentes aos alunos do Curso de Ciências Sociais*, cuja análise foi sobre as perspectivas dos estudantes de ciências sociais da UFES acerca das cotas raciais. Posteriormente, no final do mesmo ano, iniciei uma especialização no Núcleo de estudos afro-brasileiros (NEAB) sobre a mesma temática. Dessa vez, conclui com um projeto de monografia, tendo como objeto de pesquisa a análise da percepção dos discentes de uma turma de terceiro ano noturno da Educação de Jovens e Adultos (EJA), escola Elice Baptista Gaudio, localizado no bairro Serra Dourada II, no município da Serra.

Ambos os trabalhos foram um importante exercício intelectual e acadêmico, porém, tornou-se evidente a necessidade de revisitar e aprofundar algumas questões contidas nos trabalhos anteriores, que estão relacionadas às políticas de cotas para negros. Ao longo do processo de elaboração das pesquisas deparei-me por diversas vezes com a polêmica e a complexidade da relação entre “raça e classe”. Assim, esse tema recorrente acabou por se impor, dada sua centralidade no debate racial, orientando, por conseguinte, os próximos passos da pesquisa.

No mestrado venho a ser aprovado no processo seletivo para ingresso no primeiro semestre de 2017, inclusive foi a primeira vez que tive a oportunidade de ter acesso pela reserva de

---

<sup>4</sup> O modelo adotado estabeleceu a reserva de 40% do total de vagas de cada curso, sendo possível o aumento para 45% e 50% naqueles cursos onde a oferta de vagas fosse ampliada. Contemplava estudantes que haviam cursado pelo menos quatro anos das séries do ensino fundamental e todo o ensino médio em escola pública, e que tinham renda familiar inferior a sete salários mínimos. O debate sobre o sistema de reserva de vagas teve início no ano de 2005, com a formação de comissão especial para este fim. No entanto, só foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), em agosto de 2007.

vaga com recorte étnico-racial, no caso para PPI<sup>5</sup>, tema por mim há tanto tempo discutido. Vale ressaltar que sem a reserva não teria ingressado, porque minha média na prova de línguas (inglês) foi abaixo dos demais candidatos, e já era minha segunda tentativa.

Já no curso de Mestrado em Ciências Sociais na UFES, disponibilizei esforços no sentido de buscar acompanhar a dinâmica da rotina acadêmica e principalmente compartilhar com espaços de trabalho e etc.

Como já é sabido, a Universidade não é espaço para trabalhadores. As aulas são ministradas às 14 horas da tarde, principalmente as obrigatórias, não facilitando nem um pouco as possibilidades de fazer o curso concomitantemente com o trabalho. Passei por disciplinas obrigatórias como Métodos e Técnicas de Pesquisa, Seminários de Pesquisa, Teoria Antropológica e Teoria Sociológica, sendo que, essa última trouxe uma grande contribuição ao estudo de alguns autores clássicos das Ciências Sociais. Tive a oportunidade de participar de um estágio docência com o professor Sandro, com a disciplina Introdução às Ciências Sociais no curso de Economia que foi também de grande aprendizado. No semestre de 2018/01, me matriculei numa disciplina no mestrado de Política Social, Capitalismo e Sociedade, que tem me possibilitado análises preciosas para minha pesquisa.

### **A construção do objeto: Florestan Fernandes e o estudo das relações raciais**

No início de uma reconstrução do objeto de estudo, em conversas acerca de uma possibilidade de projeto com meu orientador, professor Sandro Silva, chegamos ao acúmulo de que o debate das cotas raciais, apesar de nem de longe estar pacificado no cotidiano social, já está em outro patamar. Alguns argumentos utilizados contra a implementação das cotas foram superados pelo resultado do desempenho dos cotistas, por exemplo, aquele que versa sobre a possibilidade de as cotas rebaixarem o nível das universidades. Como veremos, os dados estatísticos já demonstram que as notas dos cotistas são iguais ou superiores às dos não cotistas, e mais, segundo dados da revista Caros Amigos, entraram mais negros na universidade depois da implementação de cotas, a partir de 2004, do que em todo o século XX no Brasil.

---

<sup>5</sup> 25% das vagas ofertadas serão reservadas para alunos pretos, pardos e indígenas (cotas PPI), obedecida a ordem de classificação dentre os alunos que declararem interesse em concorrer a tais vagas. Processo seletivo para o PGCS de 2016/2017.

O debate das cotas em si expressa alguns limites, e nos conduz à necessidade de compreender e explicar a formação e a realidade sócio racial do país. Essa trajetória nos leva ao debate “raça e classe”, que emerge inicialmente do papel atribuído às cotas sociais, que na leitura de uma parcela expressiva da sociedade, já garantiria em si mesmas a entrada do negro na Universidade. Com um raciocínio bem simples, amparado na lógica formal, deduz-se que como a maioria dos pobres são negros, o recorte social das cotas resolveria essa questão. Em contrapartida a esse argumento, uma parcela empenhada dos ativistas do movimento negro e seus simpatizantes afirmam que a cota social está longe de contemplar a entrada dos negros na Universidade.

Aparentemente não há nenhum problema na afirmação supracitada, inclusive comungo dela, no entanto, ao dissecá-la, emergem alguns equívocos que pretendo destacar ao longo dessa dissertação. O principal deles é a associação de cotas sociais a um referencial marxista atribuído a Florestan Fernandes, inclusive reproduzido por mim em análises anteriores. Nessa primeira aproximação há uma dicotomização de raça e classe, além disso, as duas categorias, no decorrer da constituição do pensamento social e político brasileiro, assumem denominações distintas.

Bárbara Freitag classificou a obra de Floresta Fernandes marcada por duas fases: uma “acadêmico-reformista” e uma “político-revolucionário”. A primeira sugere um intelectual que acreditava que “ [...] uma sociologia científica, praticada com seriedade e compreendida como verdadeiro ‘trabalho teórico’ teria condições de funcionar como alavanca para transformações profundas na sociedade, servindo como instrumento de conscientização e mobilização das forças sociais organizadas” (FREITAG, 2006, p. 237). Esta “fase” se completou com sua guinada revolucionária, na qual, diante das tensões políticas nacionais que o atingiram frontalmente, Fernandes se coloca como um intelectual que,

[...] percebera, na própria carne, que o indivíduo mesmo altamente dotado e consciente para fazer o diagnóstico correto do seu tempo, não tem poder de transformação da sociedade como indivíduo isolado. Seu potencial de transformação da realidade global depende de conjunturas e tendências internacionais, nas quais o indivíduo singular submerge, sem poder de intervenção ou transformação (FREITAG, 2006, p. 238).

Embora saibamos os limites de compartilhar a trajetória de um intelectual em fases, assumimos que tal separação tem um caráter heurístico para nos ajudar a delimitar com mais propriedade os “problemas” que o autor identificou naquele momento específico de

ruptura com a escola gilbertiana e como ele os enfrentou nas condições que lhe foram oferecidas pela reorganização do campo intelectual no Brasil.

Em linhas gerais, a perspectiva analítica de Fernandes nos primeiros ensaios sobre o tema das desigualdades raciais, tem seu foco desde uma elaboração funcionalista, como também sublinha Freitag, quando argumenta que “o funcionalismo antropológico, era capaz de reconstruir a estrutura de uma sociedade mesmo que essa já se encontrasse em plena extinção” (FREITAG, 2005, p. 236). Ou como buscamos demonstrar, estavam em “transição” de estágios relativamente bem demarcados.

Ou seja, as condições de existência de um país moderno dependiam da superação da condição – ideológica e econômica -, escravista no Brasil e da formação de uma força de trabalho livre, disponível para ingressar no mercado de trabalho, mas também, como agentes de desenvolvimento; empreendedores, empresários, intelectuais.

A linguagem e a preocupação com a “formação” não é fortuita. Bárbara Freitag sugere uma leitura marxista – o ser precede a consciência -, das opções de Florestan Fernandes, quando mostra a diferença entre ele e Gilberto Freyre na elaboração da temática racial. Sobre isso destacamos que os estudos sobre a realidade brasileira de Freyre refletiam a sua inserção no Brasil colonial como descendente da classe senhorial “açucareira” ao passo que, para Florestan Fernandes a análise “[...] sobre o negro e o branco no Brasil do ciclo do café mostravam seu profundo arraigamento na cultura do negro e do imigrante” (FREITAG, 2005, p.237).

Como em uma leitura funcionalista, a busca por ciclos, passagens, barreiras e condições são fundamentais na definição da vida social e da “transformação” da vida das “classes” e das “raças”. Dadas as causas ideais, os efeitos ideais seriam a emergência de um país nas condições econômicas e políticas adequadas para ingressar no cenário internacional do capitalismo. Teríamos assim, superado o escravismo como herança econômica e, como se observa em algumas passagens de Florestan Fernandes, a superação do racismo como prática moral da sociedade.

Florestan Fernandes, nesse sentido, cumpre um papel determinante na análise de “raça e classe”, principalmente como referência crítica. É preciso lembrar que ele se opõe a uma perspectiva nacionalista racializada que identificou o negro como “problema” nacional,

um elemento do atraso econômico e moral. Nesta perspectiva estavam Nina Rodrigues e Oliveira Vianna - cujas concepções buscaram patologizar o negro como sujeito desajustado à nova ordem mundial -, ao invés, como veremos, de elaborarem um diagnóstico sociológico das condições políticas e econômicas dos negros no pós-abolição, com buscou fazer Fernandes.

Por mais que sua análise disponibilize elementos importantes para interpretação da realidade racial do Brasil, também é criticado por boa parte dos intelectuais. Fernandes leva-nos a interpretar as relações raciais após o processo de abolição como incompatíveis com a nova ordem socioeconômica que estava sendo estabelecida. O autor analisa que a continuação do preconceito e da discriminação nessa nova ordem vigente permanece vinculada aos pressupostos estabelecidos no regime escravocrata e nas condições instituídas por meio de um sistema de castas imposto pelo “antigo regime”. Segundo Carlos Hasenbalg, “[...] Fernandes é levado a uma visão qualificada, porém otimista sobre o futuro das relações raciais brasileiras” (HASENBALG, 1979 p. 74).

Florestan Fernandes, na visão do autor, comete um equívoco quando pressupõe que a absorção do negro pelo sistema de classe num futuro próximo dependeria somente da superação dos resquícios do escravismo. Hasenbalg (1979) ressalta o fato da exclusão dos negros não ser apenas fruto do regime escravocrata, mas sim de um sistema de estratificação racial que permanece mesmo após a abolição e que se pauta em características de desvantagem como cor da pele.

O fato é que o conceito de classe estabelecido por Fernandes a partir de sua matriz teórica marxista, é indispensável para entender as contradições das relações sociais. A questão é que Fernandes, na leitura de Hasenbalg, desconsidera que o preconceito e a discriminação assumiram uma nova roupagem, atualizando e ressignificando os padrões de exclusão, mesmo diante da superação do modelo escravista e instauração da nova “ordem social competitiva”.

Na verdade, a interpretação assinalada por Carlos Hasenbalg, tem indícios evidentes de que a projeção de Fernandes indicava essa tendência, de superação do racismo concomitante à consolidação da “ordem social competitiva”, porém, é uma obra de 1979, e Fernandes

vivera até 1995. Nossa busca é sobre o que Florestan Fernandes fizera com essas afirmações tão importantes e também controvérsias no seu percurso intelectual.

As análises acima exprimem de forma sintética uma sinalização a respeito do debate raça e classe na perspectiva de uma interpretação acerca das formulações de Florestan Fernandes. Nossa tarefa nessa nova fase da formulação é justamente entender a obra de Florestan em relação ao debate raça e classe, e, a partir de um diagnóstico mais consistente sobre como autor estabelece essa conexão, pretende-se conceber como ficam suas análises até o desfecho do seu percurso teórico. Manteve ou não manteve suas formulações? Criticou ou reafirmou suas conclusões anteriores? Seguindo assim uma análise mais global e, principalmente, buscando imprimir críticas qualificadas a respeito do debate raça e classe.

Os estudos sobre o racismo, principalmente com advento do debate das cotas, desde aquela famosa conferência de Durban<sup>6</sup>, da qual participaram vários intelectuais brasileiros, permaneceram na agenda nacional. No entanto, o debate das cotas tem sido o ponto de chegada de vários estudos apresentados nos últimos anos, inclusive foi o nosso, porém, na apreensão do movimento da análise, apareceram algumas lacunas, as quais não puderam ser supridas a partir das cotas enquanto objeto de pesquisa.

E com essa pretensão, nossas aspirações propõem uma busca por caminhos anteriores, de uma forma não cronológica, mais sim dialética, remontando os aspectos centrais que trouxeram o debate raça e classe para o centro da polêmica em relação à questão do negro no Brasil. Essa trajetória nos remete, de certa forma, a gênese ou o germe daquilo que vai se estabelecer como debate raça e classe no âmbito das cotas.

Um bom ponto de partida é buscar alguns estudiosos clássicos que formularam acerca do tema raça e classe e, nesse sentido, Florestan Fernandes, na nossa avaliação, é uma figura chave. Boa parte das críticas remetidas a esse tema está atribuída a Florestan e a sua leitura da realidade racial. Porém, ao observarmos a trajetória de Fernandes, percebemos que algumas não são tão óbvias assim ou simplesmente deveriam ser analisadas com mais critério. Não estamos propondo aqui, “salvar” ou “canonizar” a figura deste intelectual tão

---

<sup>6</sup> III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001.



importante para formação da sociologia no Brasil, mas o objetivo geral é buscar num estudo rigoroso do autor, o desfecho de sua interpretação sobre a questão racial.

Na construção do saber científico, as *palavras, formulações e teorias* não são neutras, pois trazem consigo posições de classe, influências e embasamentos ancorados numa visão ou perspectiva de sociedade. Diante disso, ao longo dos anos que trabalhamos essa questão talvez não tenhamos dado a relevância necessária para o lugar que os autores que utilizamos ocupam na sociedade. Nesse sentido, o autor em questão é uma referência de coerência e prática na defesa intransigente dos “de baixo”, como o próprio gostava de se referir aos trabalhadores.

Florestan é seguramente uma figura que nega nas suas análises a neutralidade científica, amparado nos percursos de sua vida, e na busca por uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Segundo professor José Paulo Netto, sempre teve uma grande pergunta para sua problematização intelectual, “O que é o Brasil?”, o debate da questão indígena, do negro, da educação e da democracia, na confluência da realidade brasileira, emergiram a partir da necessidade de contar e conhecer o Brasil a partir dos “de baixo”. Os temas que estruturam suas obras são a colonização, escravatura e a revolução Burguesa.

Esse pequeno exercício de constituição da realidade do negro seguramente foi imprescindível para a problematização da análise de Florestan. Cabe ressaltar agora uma questão, Florestan Fernandes, posteriormente às suas afirmações sobre as tendências da assimilação do negro na “ordem social competitiva”, reafirma suas posições anteriores ou as supera? Essa é nossa questão principal para examinar no decorrer da dissertação.

### **Da abolição até Florestan: emersão de alguns aspectos do pensamento social Brasileiro**

Antes de discutir o processo de elaboração de Fernandes sobre a questão racial buscaremos, a partir de uma breve análise do debate racial no Brasil, enfatizar o cenário encontrado pelo autor no que tange ao estudo em questão.

Desde a conjuntura marcada pelo processo abolicionista com desfecho em 1888, até a contemporaneidade, alguns formuladores da teoria social não mediram esforços para compreender e interpretar quais as causas e consequências sociais, econômicas e culturais

desta inserção tardia do Brasil no que Florestan Fernandes (1978) vai chamar de “Ordem social competitiva”.

O processo de abolição de 1888 traz, além disso, um novo dilema para a elite brasileira e seus pensadores, até então não priorizado, que é a necessidade de construção de uma nação e de uma identidade nacional. Nesse cenário, “a pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca” (MUNANGA, 2008, p. 48); de escravo a cidadão, o negro tornou-se um problema.

Vários autores do pensamento social político e econômico brasileiro passam a ter um objeto de estudo bem nítido. Como se adequar aos padrões emergentes de uma ordem social em ascensão, com tantos resquícios de uma sociedade escravocrata? Nesse sentido, o negro, nesse primeiro momento de suas formulações, vai aparecer como destaque, simbolizando o atraso cultural e econômico, incompatível com a ordem em ascensão. Assim a “raça” ganha centralidade nas discussões em questão.

Alguns esforços intelectuais foram despendidos, principalmente a partir desse momento de transição, por vários autores, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre e etc. Destes iremos destacar dois autores que representam momentos distintos da formulação do pensamento social brasileiro, Nina Rodrigues e Gilberto Freyre.

Raimundo Nina Rodrigues, médico legista Baiano, psiquiatra e antropólogo, é um representante legítimo de teorias sobre o determinismo biológico, muito presente para afirmar a superioridade de uma raça sobre outra. Ele atribuía a uma população predominantemente negra, o elemento chave para o fracasso dessa nação recém constituída. Rodrigues ressaltava,

[...] “O negro, principalmente, é inferior ao branco, a começar da massa encefálica, que pesa menos, e do aparelho mastigatório que possui caracteres animais, até as faculdades de abstração, que nele é tão pobre e fraca. Quaisquer que sejam as condições sociais em que se coloque o negro, está ele condenado pela sua própria morfologia e fisiologia a jamais poder igualar-se ao branco” (RODRIGUES, 1977, p. 268).

Nina Rodrigues foi um dos primeiros intelectuais a estudar as questões raciais, no entanto, a partir de uma perspectiva racista. Seus estudos vão subsidiar as políticas que buscaram como solução imediata a vinda de imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães, que tinham como principal função contribuir para o processo de branqueamento da população, e assim, dar o passo necessário para adequação à ordem social capitalista. Carvalho assinala acerca das consequências desse processo,

Os negros foram excluídos tão intensamente do mercado de trabalho que, já em 1901, 90% dos operários industriais em São Paulo eram imigrantes. O pouco capital técnico, social e econômico que os negros haviam acumulado até o final do século XIX tinha sido desfeito pelos incentivos abertos do Estado brasileiro, em benefício dos imigrantes europeus, como concretização da ideologia do branqueamento (CARVALHO, 2004, p.63).

Devido a algumas variáveis não previstas pelos formuladores da política do branqueamento, o movimento não atinge os resultados esperados. A partir dos anos de 1930, as teorias de Gilberto Freyre passam a ser fundamentais para embasar essa nova fase de formulação dos autores do pensamento social brasileiro.

Desta quadra histórica em diante, a questão da mestiçagem torna-se o símbolo de um país que supostamente evidencia uma certa harmonia de raças, vale ressaltar o giro histórico que isso representara na realidade brasileira. Parcelas progressistas dos intelectuais brasileiros louvaram a possibilidade de não estarmos mais fadados ao fracasso econômico e prontos para adentrar na “ordem social competitiva”, com perspectivas de progresso no caminho da realização de nossa revolução burguesa nos moldes europeus. Ventura ressalta,

O reajuste das teorias racistas adquiriu tal autonomia em relação às premissas teóricas iniciais, que a ideologia da miscigenação se manteve após a rejeição do racismo científico, com a influência da antropologia cultural de Franz Boas nas décadas de 1920 e 1930. O abandono oficial do racismo tornou, ao contrário, mais entusiástico a valorização da mestiçagem, como “síntese” de raça e culturas e definição de uma “identidade” nacional (VENTURA, 1991, p. 66).

Freyre desempenha um papel central nessa quadra histórica do pensamento social brasileiro a ponto de chegar a ser o escritor brasileiro mais lido no mundo. Desse momento da década de 1930 em diante a miscigenação ganha status de virtude, atribuindo características positivas à realidade racial brasileira.

A partir dessa nova perspectiva sobre a miscigenação, configura-se no país uma linha de pensamento que compactua com a nova roupagem que o termo adquiriu, representando uma nova categorização do emprego do conceito. Neste cenário, ganha destaque Gilberto

Freyre, autor que revoluciona o pensamento social brasileiro com sua obra *Casa Grande e Senzala*. Para Bastos seu discurso emerge como “científico”, transfigura-se em “discurso político” na medida em que na história brasileira, coloca-se como elemento fundamental para manutenção do pacto de 1930. Desse modo, o pensamento de Gilberto Freyre transforma-se na garantia de uma forma de encaminhamento da revolução burguesa que legitima a articulação “pelo alto”. Mais ainda, é patamar sobre o qual se pode assentar toda (BASTOS, 2003).

As interpretações de Gilberto Freyre sobre a realidade social abrem precedente para o surgimento de um novo conceito, o mito da “democracia racial”. Tal termo se fará presente em vários discursos sobre a concepção do autor, segundo Guimarães “[...] o mencionado termo foi usado pela primeira vez por Roger Bastide num artigo publicado no Diário de São Paulo em 31 de março de 1944, no qual se reporta a uma visita feita a Gilberto Freyre, em Apipucos” (GUIMARÃES, 2002, p.138). Porém, não se sabe se o termo teria sido verbalizado pelo próprio Freyre. De qualquer forma é consenso entre os estudiosos da questão que as interpretações da obra levam a essa conclusão.

### **Considerações Finais**

A questão sobre a democracia racial também será um indutor na obra de Florestan a respeito da questão racial e talvez possa ser considerada a primeira questão a ser examinada por Florestan.

Desse momento em diante, o Brasil seria reconhecido como um autêntico país que exercita a harmonia entre raças, diferentemente de outras nações, como Estados Unidos e África do Sul, onde predominavam a segregação racial. Esse fator vai contribuir para a vinda de diversos autores para estudar a questão racial, como por exemplo, Donald Pierson, que inclusive fora professor de Florestan Fernandes, a quem, segundo Cardoso, “ele devera muito sua formação de pesquisador e para quem o Brasil (em comparação com os Estados Unidos) prevalecia o preconceito de classe e não o de raça” (CARDOSO 2008, p. 13).

Após esse breve acúmulo, que antecede as elaborações de Florestan Fernandes e, com as quais ele irá dialogar em alguns momentos de sua pesquisa, buscaremos iniciar o percurso teórico e intelectual do autor, remontando aspectos da sua vida e, principalmente, seu

exercício acadêmico e militante, no caminho de seus estudos sobre a questão racial no Brasil.

### Referências Bibliográficas

ARRUDA, M. A (2010). **Sociologia de Florestan Fernandes**. *Tempo Social, revista de sociologia USP*, 9-27

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. 4 Ed. São Paulo, Global, 2008.

BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno**. São Paulo: EDUSC, 2003

CARDOSO, Fernando Henrique, (Prefácio), In BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. 4 Ed. São Paulo, Global, 2008.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. 2. Ed. São Paulo: Attar Editorial, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Volume 1. São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. **A Integração do negro na sociedade de classes** 2 volumes .Editora: Ática, 1965.

\_\_\_\_\_. **Circuito fechado : quatro ensaios sobre o “poder institucional”** / Florestan Fernandes ; prefácio Maria Arminda do Nascimento Arruda – São Paulo : Globo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante**. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340141994000300011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141994000300011)> Acesso em 07/11/2017.

\_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

FREITAG, B. (2005). **Florestan Fernandes: revisitado**. *Estudos Avançados* , 231-243

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo. Ed. 34, 2002.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

IANNI, OCTÁVIO, **Florestan Fernandes, sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular. 2004

\_\_\_\_\_, **Raças e Classes Sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política : Livro I: o processo de produção do capital**/Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. – São Paulo : Boitempo, 2013.

MUNANGA, Kabelege. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_ (org). **Superando o racismo na escola**. 2.ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005

MOURA, Clóvis. **A dimensão política do pensamento de Florestan Fernandes com o problema do negro**. Disponível em  
<<https://www.marxists.org/portugues/moura/1996/05/florestan.htm>> Acesso em  
05/11/2017.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 4 ed. São Paulo: ed. Nacional; Brasília: INL (1976).

<<https://www.youtube.com/watch?v=dPAYUfcwR0E>> Acesso em 06/11/2017.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história cultural e polemicas literária nos Brasil no Brasil 1870-1914** São Paulo: Companhia das letras, 1991.